

Evaluation Only. Created with Aspose.Words. Copyright 2003-2018 Aspose Pty Ltd.
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE [comarca]
[estado].

Processo número: [numero_do_processo]

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEGUIMENTOS NPL IPANEMA VI NÃO PADRONIZADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 26.405.883/0001-03, situada na Rua Iguaçu nº 151, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP - 01451-011, nos autos da **AÇÃO INDENIZATORIA** movida por Vem, perante V. Exa., por seus advogados infra-assinados, apresentar a sua **CONTESTAÇÃO** pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

DA FALTA DE INTERESSE NA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Cumprir informar que o Réu não possui interesse na realização de audiência de conciliação.

DA BAIXA DAS RESTRIÇÕES ATÉ O JULGAMENTO DA AÇÃO

Vale informar que o Réu procedeu à baixa/suspensão da negativação em nome da parte Autora até que haja julgamento definitivo da ação, demonstrando com isso a sua boa-fé processual, evitando, assim, qualquer multa.

SÍNTESE DA DEMANDA

Trata-se de ação na qual a parte Autora alega que tomou conhecimento de inserção restritiva em seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito, cuja origem desconhece.

Assim, requer a declaração de inexigibilidade do débito e a condenação ao pagamento de indenização por danos morais.

DA VERDADE DOS FATOS - DA CESSÃO DO CONTRATO

Primeiramente, impende esclarecer que por meio da assinatura de Contrato de Cessão de Créditos e Aquisição de Direitos, a empresa credora do débito questionado na inicial cedeu parte da Carteira de direito de créditos financeiros de sua titularidade referente a operações comerciais e cartão de crédito a **FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEGUIMENTOS NPL IPANEMA VI NÃO PADRONIZADOS**.

Destarte, por meio do referido Contrato de Cessão, o Cessionário passou a deter os direitos creditórios referente às operações financeiras comerciais e de cartões de crédito entre o Cedente e seus Clientes.

Cumprir esclarecer que a parte firmou contratos com o Cedente sendo que estes contratos foram posteriormente cedidos ao REU, ora Contestante.

Cumprir deixar claro de forma a não restarem dúvidas que a relação jurídica teve sua concepção no momento em que a parte Autora contratou com o Cedente, contratos esses que foram cedidos para ao REU, ora Contestante, por meio de contratos de cessão de crédito.

A cessão de crédito, instituído previsto na Legislação Civil, nos artigos 286 e seguintes, trata da substituição do polo ativo da relação obrigacional, onde o credor, cede seu crédito a um terceiro, chamado de cessionário, que passa a assumir a posição do credor originário, com todos os seus direitos, inclusive taxas de juros e outras avenças.

Vale frisar que não se trata de sub-rogação, mas sim de cessão de crédito e que em nada se confundem, justamente por se tratar de uma alienação. O pagamento feito pelo cessionário, terceiro que vem a fazer parte da relação jurídica obrigacional, é feito ao cedente, para que esse transmita seu lugar de credor, para que o novo (cessionário) dele se aposse.

Frise-se que, o terceiro estranho a relação obrigacional inicialmente estabelecida, não efetua o pagamento da obrigação em favor do devedor, no caso a Autora para com o seu credor originário, mas sim, compra o crédito do cedente a fim de assumir sua "carteira" de devedores.

Foi justamente, essa operação que se deu no caso em tela, onde os contratos firmados entre a Autora e o Cedente foram cedidos a Contestante, que passou a exercer seu direito de credora, face ao inadimplemento do Cedido, ora Autor, sendo que, desde já, figura-se a legalidade nos apontamentos do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito, e a impropriedade da presente demanda.

Destarte, por meio do referido contrato de Cessão, o Cessionário passou a deter os direitos creditórios referente às operações financeiras comerciais entre o Cedente e seus Clientes, em total consonância com a Resolução do Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil nº 2686 de 26.1.2000 e artigo 286 e

seguintes do Código Civil ao **FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL PANEMA VI.**

Cumprе ressaltar que a cópia do contrato e demais documentos probatórios apesar do cedente se comprometer no contrato de cessão a disponibilizar a cessionária tal procedimento não ocorre de forma automática com a assinatura do instrumento de cessão de crédito, restando ao Fundo Ipanema VI solicitar em cada caso.

No mais, informamos que já foi realizada a solicitação dos documentos, porém ainda não obtivemos retorno do cedente, sendo que os contratos (documentos físicos) permanecem custodiados junto ao mesmo.

Desta forma, tendo em vista a impossibilidade de apresentação do contrato pelo Réu, requer-se a expedição de ofício diretamente a empresa cedente do crédito indicada no documento anexo, para que esta apresente os contratos objeto destes autos.

Assim, corroborando com o entendimento acima, a legislação Civil, permite ainda ao cessionário, exercer os atos conservatórios de seu direito, independente do conhecimento da cessão realizada, como disposto no art.293 do Código Civil e sumula 404 do STJ.

Sendo assim, a Ré figura como cessionária nos contratos em questão, assumindo a titularidade dos créditos cedidos pelo cedente em todos os seus termos, inclusive taxas de juros, prazos e acessórios conforme previamente informado a parte Autora no momento da celebração do contrato juntamente com todas as condições que envolviam a operação. Isto posto, o Réu é legítimo titular para exercer a cobrança de eventuais débitos da Requerente.

Pelo exposto não merece prosperar as pretensões da parte autora, devendo ser a ação julgada improcedente.

DA NOTIFICAÇÃO DA CESSÃO

Nem se diga que a falta de notificação sobre a cessão de crédito havida entre a Contestante e o Cedente impediria a validade do ato, tornando-o ineficaz.

O disposto no artigo 290 do Código Civil não diz respeito à sua validade e eficácia, mas sim a sua regularidade formal de modo que a notificação mencionada no dispositivo tende a evitar que o devedor, não notificado, faça o pagamento ao Cedente, desse modo, a falta de notificação em nada afeta a validade/eficácia da cessão de crédito.

Neste passo, resta claro que a cessão de crédito existente possui todos os seus requisitos de validade e eficácia ao passo que, como evidenciado, a falta da notificação contida no artigo 290 do Código Civil não é requisito formal obrigatório.

Abaixo, ementa de recente julgado do Colendo STJ que pacifica o entendimento segundo o qual a ausência de notificação da cessão de crédito, além de não ser causa de inexigibilidade do débito, também não é hipótese de ocorrência de dano moral indenizável:

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO AO DEVEDOR. INSCRIÇÃO EM SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. IRREGULARIDADE. AUSÊNCIA - cessão de crédito não vale em relação ao devedor senão quando a este notificada. Isso significa, porém, que a dívida não possa ser exigida quando faltar a notificação. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça afirma que a ausência de C/2002 não torna a dívida anexa da cessão do crédito (art. 4º do de praticar os atos necessários à preservação dos direitos cedidos. Precedentes - Na hipótese dos autos, não havendo irregularidade na inscrição da recorrida em banco de dados de serviço de proteção ao crédito, não há a configuração de dano moral. Recurso especial não provido. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.603.583, RO 16.02.2017).

É de se destacar brilhante trecho do voto da Ministra Nancy Andrighi sobre o assunto:

“Impõe-se reconhecer que a utilização dos serviços de proteção de crédito constitui um mecanismo idoneo de preservação dos direitos cedidos ao novo credor, sendo-lhe permitida sua utilização mesmo ante a ausência de notificação ao devedor referente a cessão do crédito.

Ademais, corroborando com o entendimento acima, a legislação Civil, permite ainda ao cessionário, exercer os atos conservatórios de seu direito, independente do conhecimento da cessão realizada:

“Art. 293. Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.

Assim, evidente que a ausência de notificação não retira qualquer direito do réu de exercer atos de conservação de seu direito de crédito, tampouco gera ao credor a obrigação de indenizar.

Todavia, o órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito é a parte legítima para proceder a notificação do devedor antes de proceder a inscrição, nos termos do artigo 43, parágrafo 2º do Código de Defesa do Consumidor. (Lei 8078/1990), não havendo qualquer obrigatoriedade para com o credor.

“Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as respectivas fontes. § 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deve ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

Ademais, o disposto na Súmula 359 do STJ, não deixam dúvidas que o órgão de proteção ao crédito é o responsável pela notificação prévia do devedor:

“Súmula 359 STJ: Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.

E por fim, corroborando com o relatado, segue a súmula 404 do STJ:

“STJ, 404 – é dispensável o Aviso de Recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

DO PEDIDO CONTRAPOSTO

Diante do histórico aqui apresentado, mister se faz, nos termos do artigo 31 da Lei nº 9.099/95, apresentar Pedido Contraposto nestes autos, nos termos que seguem.

No presente caso, é incontroversa a existência de relação negocial entre a autora e o Cedente, onde o crédito foi cedido a Ipanema VI, do que se extrai a existência de obrigações não cumpridas pela Parte Autora, constataando-se que o apontamento das dívidas nos órgãos de proteção ao crédito apenas representa o mais regular exercício de seu direito, não constituindo qualquer ilegalidade.

DA BOA-FÉ DO RÉU COMO TERCEIRO ADQUIRENTE DOS CRÉDITOS

Insta destacar, o Cedente, cedeu parte da sua carteira de recebíveis para a Ré, onde o fundo atua como cessionário do cedente.

Ou seja, a ré agiu em estrita conformidade com a boa-fé objetiva na qual se espera de qualquer das partes em uma relação como a informada acima, onde recebeu o crédito do cedente.

Assim, eventual fraude em desfavor da autora, não pode ser imputada o pesado ônus de ressarcimento ao contestante, posto que agiu em estrito cumprimento do contrato realizado e principalmente dentro da boa-fé.

Diante do exposto, tendo em vista a boa-fé desta parte com relação a aquisição do crédito, devendo o feito ser julgado improcedente com relação a este Réu.

DA AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

Mediante a análise dos artigos 186 e 927, do Código Civil, extraem-se quatro pressupostos para a caracterização da responsabilidade civil: 1) ação ou omissão do causador do dano; 2) culpa; ou dolo do agente; 3) relação de causalidade; 4) dano experimentado pela vítima.

Ausentes um desses pressupostos não há que se falar em obrigação de indenizar, especialmente em razão do persistente inadimplemento contratual da parte Autora, conforme abaixo discriminado e comentado.

DA AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO

Entende-se por ato ilícito a infração ao dever de não lesar a outrem. Tal lesão refere-se tanto a natureza patrimonial, como moral. Desta feita, presume-se que o ilícito é o fato gerador da responsabilidade civil. O próprio art. 927 da embasamento para a afirmação ao estabelecer.

No caso em tela, não se verifica qualquer ato ilícito por parte do Contestante, especialmente considerando o persistente inadimplemento contratual da parte Autora.

DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL

Deve-se verificar ainda, o elemento essencial para a caracterização da responsabilidade civil, qual seja: o nexo causal, pois ninguém é obrigado a indenizar o dano a que não tenha dado causa, não podendo haver responsabilidade sem relação de causalidade entre a ação e o dano.

O nexo causal é o vínculo ou liame entre a conduta e o resultado, permitindo-se concluir se a conduta do agente foi causadora do dano.

Dessa forma, não há dúvidas de que mesmo que caracterizada a relação de consumo, a culpa exclusiva da vítima, que celebrou contratos e os inadimpliu perante o Cedente, afasta a relação de causalidade e, por consequência, a responsabilidade civil.

DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DANO

Nenhuma prova documental produziu a parte autora que justificasse sua alegação de prejuízo moral ou que tivesse ensejado o dano moral. Logo, sem prova do dano, sendo que não comprovou qualquer prejuízo, inexistente respaldo no pedido de indenização por dano moral efetuado pela parte autora.

O ônus da prova incumbe ao autor, quando o fato é constitutivo do direito (artigo 373, inciso I do CPC). Esta é a nova regra plenamente consagrada pelo direito processual. Ainda que haja a adoção da sistemática do Código de Defesa do Consumidor, afastando-se o elemento culpa com a teoria da responsabilidade objetiva, não se desobriga a suposta lesada da prova do dano e do nexo de causalidade.

A parte autora deve provar a ocorrência do dano e seus pressupostos, sobretudo, para se evitar que inúmeras ações sejam propostas no Judiciário baseadas apenas em alegações abstratas e com escopo exclusivo de locupletamento ilícito por parte desses autores. Em síntese, no Direito Patro, não se indenizam danos potenciais, eventuais, supostos, ou abstratos, sendo de rigor que o prejudicado prove a efetividade e a extensão dos danos sofridos.

E por fim, cabe salientar que a parte autora não provou a repercussão do dano moral em sua esfera íntima e pessoal e de sua dignidade pessoal, e tampouco o seu descrédito ou desprestígio perante a sociedade.

DA NÃO CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL

Em que pese a alegação feita por pela parte autora, não restou demonstrado qualquer prejuízo na ordem moral.

Ademais, quando existirem outras anotações em que a parte pretende a reparação do dano moral, foi editada a súmula 385 do STJ, que possui o seguinte teor:

“Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

Este novo entendimento do STJ descaracteriza o dano moral quando a parte, já inscrita nos órgãos de restrição ao crédito, tem seu nome anotado novamente.

In casu, vê-se que inexistente dano moral causado pelo Contestante. Caso assim não se entenda, corre-se o risco de banalizar o dano moral, ensejando ações pelos mais triviais aborrecimentos naturalmente possíveis nos dias de hoje.

É plenamente reconhecido tanto na doutrina, como na jurisprudência que não é qualquer transtorno que caracteriza o dano moral. Conforme ensina CARLOS ROBERTO GONÇALVES (Responsabilidade Civil, Saraiva, 2005, p. 566), não devem ser considerados como dano moral, pequenos incômodos e desconfortos do dia-a-dia, devendo estes ser suportados em razão de serem consequência do viver em sociedade.

In casu, vê-se que inexistente dano moral causado pelo Contestante. Caso assim não se entenda, corre-se o risco de banalizar o dano moral, ensejando ações pelos mais triviais aborrecimentos naturalmente possíveis nos dias de hoje.

DA QUANTIFICAÇÃO DO DANO

A indenização por dano moral representa uma compensação, ainda que pequena, pela tristeza infligida injustamente a outrem. O valor do dano moral deve ser moderado e equitativo, para evitar que a indenização por dano moral seja uma fonte de lucro, afrontando a razoabilidade e a proporcionalidade que devem orientar o Magistrado na sua árdua tarefa de adequar a sua decisão aos fins almejados pelo legislador.

A reparação do dano moral não pode acarretar excessiva desproporção entre a gravidade do fato e o dano, sob pena de violação ao artigo 403, 944, 186, 927 e 884 do CC.

Por outro lado, a Autora não demonstrou qual sua condição econômica, social e cultural a justificar o volume de dinheiro mitigador de sua dor, fator a corroborar a tese de afastamento de toda e qualquer indenização por dano moral neste caso.

Não se preocupou e isto lhe competia, com este aspecto que é de transcendental importância. Quando se cogita de dano moral e sua compensação por pecunia, absolutamente necessário se saber das condições acima mencionadas da pessoa que os pleiteia.

A falta de indicação impede o justo arbitramento, levando à improcedência da ação.

Assim, ainda que se entenda pela indenização, há que se determinar que esta se dê nos patamares mínimos acatados pela jurisprudência. Patrila face a ausência de prova de extensão dos danos além daqueles minimamente presumíveis ao homem médio pela restrição de seu crédito.

DA APLICAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA

Tão somente em observância ao princípio da eventualidade, imprescindível esclarecer o momento da incidência da aplicação de correção monetária e juros de mora, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito da parte autora.

Desse modo, na hipótese de procedência do pedido indenizatório, a aplicação de correção monetária e juros devem incidir a partir da decisão judicial que institui o dano e o fixa, arbitrando o valor correspondente, consoante recente entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme posicionamento abaixo:

“Em se tratando de danos morais, contudo, que somente assumem expressão patrimonial com o arbitramento de seu valor em dinheiro na sentença de mérito, até mesmo o pedido do autor é considerado pela jurisprudência do STJ mera estimativa, que não lhe acarretará ônus de sucumbência, caso o valor da indenização seja bastante inferior ao pedido, conforme a Súmula 326, a ausência de seu pagamento desde a data do ilícito não pode ser considerada como omissão imputável ao devedor, para o efeito de re-lo em mora, pois, mesmo que o quisesse, o devedor não teria como satisfazer obrigação decorrente de dano moral não traduzida em dinheiro nem por acordo (CC/1960, art. 104 e CC/2002, art. 407, par. 1º, I, 132, 866, 737, SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti (2009/0063010-6 (julgado em 23/11/2011)).

O Código Civil ainda é expresso no que tange à fixação dos juros de mora, como se depreende da leitura do artigo 407 abaixo:

“Art. 407. Ainda que se não alegue prejuízo, é obrigado o devedor aos juros da mora que se contarão assim as dívidas em dinheiro, como as prestações de outra natureza, uma vez que lhes esteja fixado o valor pecuniário por sentença judicial, arbitramento, ou acordo entre as partes.

Isso porque com relação aos danos morais, não se pode admitir a presunção do dano em momento anterior a sua própria existência que ocorre tão somente com o pronunciamento judicial final. Assim, inadmissível que a correção monetária incida em momento anterior quando sequer o dano existia.

Nesse mesmo sentido, os juros de mora somente poderão incidir após o reconhecimento e arbitramento do valor atribuído a indenização moral, uma vez que não se pode presumir a ocorrência da mora para momento anterior ao próprio direito, sendo de rigor sua fixação a partir do arbitramento do dano, ocasião em que o valor se torna líquido e certo.

This document was truncated here because it was created in the Evaluation Mode.